



SISTEMAS PRODUTIVOS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS HISTÓRICOS

ODAIR VIEIRA DA SILVA¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo oferecer uma reflexão sobre as transformações na concepção de natureza e as modificações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas a partir do século XV. A ênfase se dará sobre o desequilíbrio ambiental, em torno da proposta de se pensar na transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Por fim, será abordado os principais problemas ambientais da sociedade moderna e pós-moderna e de que modo isso se reflete na perda da qualidade de vida dos seres humanos.

Palavras-chave: História. Sociedade. Natureza. Meio-ambiente.

ABSTRACT

This article aims to offer a reflection on the transformations in the conception of nature and the socioeconomic, political and cultural changes that occurred since the 15th century. The emphasis will be on environmental imbalance, around the proposal to think about the transition from a society of producers to a society of consumers. Finally, it will be addressed the main environmental problems of modern and postmodern society and how this is reflected in the loss of quality of life for human beings.

Keywords: History. Society. Nature. Environment.

1. INTRODUÇÃO

O interesse da sociedade e da comunidade científica pelas questões ambientais não é tão recente. Hodiernamente a emergência dessa temática está intimamente ligada à perda de qualidade de vida dos seres humanos devido ao caráter predatório e dilapidador do meio ambiente relacionado a uma apropriação desregrada da natureza, o que tem provocado o

¹ Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), campus de Marília/SP. Coordenador do curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral, FAEF, Garça/SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3538-5743> e-mail: odairvieira@prof.educacao.sp.gov.br

esgotamento e a poluição de elementos vitais a vida de qualquer ser vivo e da humanidade.

O presente artigo pretende abordar essas inadequações provocadas pelo desenvolvimento dos sistemas produtivos e a conflituosa relação sociedade/natureza. Em linhas gerais, será abordada a união entre a interpretação mecanicista e materialista do universo, e os sistemas baseados no pensamento e na razão humana, que de certa forma tornaram obsoletas as concepções teológicas.

Para a consecução dessa tarefa, optei pelo desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica pura, “[...] sem apelo a qualquer análise de documentos, fundamentada apenas na revisão de resultados acumulados por estudos anteriores, já incorporados na literatura científica” (BEZERRA; FURTADO, 2017, p. 19).

Por fim, consta neste estudo uma análise dos principais problemas ambientais agravados pela construção de um “espaço” cada vez mais instrumentalizado, culturizado, e tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames dos processos produtivos e da ciência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA E SUAS PRINCIPAIS INADEQUAÇÕES

A emergência da temática ambiental na atualidade, segundo Mendonça (2001), se reveste de grande importância devido a três fatos: O caos da qualidade de vida da população, que se acentuam nos grandes centros urbano-industriais; o alarmismo da mídia, que trazem à tona de maneira sensacionalista os problemas locais e globais relacionados à degradação do meio ambiente, e o papel das ciências, das artes e da atividade política.

No entanto, a natureza e o meio ambiente de maneira geral, bem como as questões inerentes à degradação que sofreram ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades humanas, têm servido de escopo para análise de diversos pensadores interessados em estudar a fúria destruidora dos sistemas produtivos.

Porém, antes de desenvolver uma análise sobre as questões relacionadas aos impactos provocados pelos sistemas produtivos e pelas atividades humanas sobre a natureza, é preciso resgatar um pouco da história da evolução tecnológica e científica da humanidade relacionada com a Revolução Industrial e o crescente processo de urbanização.

Para iniciar esta análise, proponho fazer resgate histórico da passagem do feudalismo para o capitalismo, período esse marcado pelo renascimento das ciências, renascimento das cidades, pela expansão comercial e marítima europeia e pela produção para o mercado.

Essa sucessão de fatos ocorridos na transição do feudalismo para o capitalismo gerou um grande progresso comercial e urbano, criando uma nova realidade econômica que marcou o início da chamada era moderna. O resultado dessas mudanças foi uma significativa alteração de comportamento das sociedades humanas frente à natureza. Houve uma grande mudança na concepção de natureza, passando de um todo orgânico para uma simples ideia mecanicista e materialista, que produziu efeitos que ainda hoje perduram, notadamente sobre a atitude das pessoas em relação ao meio natural.

As transformações engendradas no início da era moderna influenciaram várias correntes intelectuais posteriores, dentre as principais podemos ressaltar os sistemas de pensamentos fundados em uma interpretação mecanicista e materialista do universo, e os sistemas baseados no pensamento e na razão humana, esses sistemas tornaram obsoletas as concepções teológicas; a interação entre os dois primeiros sistemas de pensamento refletiu o advento das chamadas ciências modernas e o crescente efeito das descobertas científicas, bem como as transformações políticas e econômicas das sociedades humanas.

Concomitante a essas transformações, as sociedades europeias do século XV viviam uma retração econômica fundamentada no antagonismo entre os dois sistemas produtivos, o feudal basicamente rural e o capitalismo em formação, basicamente urbano, o que levou essas sociedades a buscarem novas alternativas de crescimento econômico, a solução encontrada foi à expansão comercial e marítima dos séculos XV e XVI, e seus “descobrimientos” posteriores, o novo e novíssimo mundo.

Segundo Ross (1996), “[...] a expansão do comércio por todo o planeta e as necessidades que foram criadas pelas sociedades humanas, intensificou-se a apropriação dos recursos naturais” (p. 213). Essas necessidades cada vez mais crescentes marcadas pela intensificação comercial e pelo início do consumismo exacerbado fizeram com que surgissem “[...] novas técnicas de produzir mercadorias, ou seja, fabricar equipamentos que agilizassem o transporte e gerassem maior produção de mercadorias a serem comercializadas” (p. 213).

Essa fase de expansão do modo capitalista de produção, chamada de capitalismo comercial, marcada pela preponderância do capital mercantil sobre a produção, gerou o processo de acumulação primitiva do capital. Em decorrência disso, todo o capital acumulado

na circulação das mercadorias começa a ser investido na produção, o que possibilitou o advento da Revolução Industrial na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII.

[a] Revolução Industrial decorre da intensificação do comércio, a contar dos descobrimentos – revolução comercial – e da valorização da natureza e gosto da investigação, levando a novas atitudes – revolução intelectual. O mercado cresce, o consumidor tem mais nível aquisitivo, é exigente: daí o trabalho sob outros padrões, sem limites da antiga corporação e com o culto do conforto. (IGLÉSIAS, 2002, p. 93)

A partir de então, as sociedades humanas pautadas no desenvolvimento científico e no capital, adotaram um modelo de desenvolvimento baseado no aumento crescente da produção e, conseqüentemente, do consumo, aumentando a pressão na aquisição dos recursos naturais, gerando a degradação ambiental em todas as suas formas.

Com o advento da Revolução Industrial a concepção mecanicista e materialista de natureza se auto realiza. A ideia de progresso torna-se imperante. Todos os recursos naturais passam a ser visto como matéria prima geradora de novos produtos. Buscá-los onde quer que se encontrassem, torna-se uma obsessão, em um sistema econômico e social fundado na acumulação constante. Paralelamente, uma perigosa e falsa ideia são difundidas, a de que a capacidade da natureza de fornecê-los é desmedida, inesgotável.

A sociedade industrial consolidada na era contemporânea pautada nos avanços técnico-científicos, e na expansão do capitalismo industrial, promove efetivamente uma dissociação entre sociedade e natureza, como resultado, temos o acirramento da degradação do ambiente natural. Nas palavras de Ross (1996),

[o] acréscimo do conhecimento técnico-científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro”. (p. 213)

Uma outra característica da sociedade industrial centra-se o crescimento acelerado das cidades, gerando o processo de urbanização, que de acordo com Spósito (1996) se deu “[...] a partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico-científico a que se denomina Revolução Industrial, a urbanização tomou ritmos muito acentuados” (p. 49).

O elevado adensamento populacional e industrialização trouxeram sérios riscos ao meio ambiente urbano e rural, e alteraram o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza impedindo principalmente à volta a terra dos resíduos da produção e do consumo que poderiam reconstruir a fertilidade, gerando todo o tipo de poluição.

Desse modo, é possível afirmar que a deterioração dos ambientes urbanos e rurais ocorre como consequência de um modelo de desenvolvimento pautado no crescente aumento da produção, do consumismo, da opulência e do desperdício, iniciados com a formação do modo capitalista de produção início do século XV. Nessa perspectiva, pode-se ainda assegurar, que esses aspectos foram acirrados com o advento da Revolução Industrial século XVIII e a formação da sociedade industrial urbana nos séculos XIX e XX. Dentre as principais consequências desse modelo de desenvolvimento podemos citar: alterações climáticas; alterações do solo; assoreamento dos rios e lagos; aumento da temperatura da Terra; erosão do solo; desertificação; escassez de água potável; perda da biodiversidade; poluição do ar, da água, do solo, sonora, visual; redução da camada de ozônio; exclusão social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre sociedade e natureza tem sido caracterizada por uma série de inadequações, traduzida por uma variada forma de impactos ambientais que tem ameaçado a qualidade de vida do homem e sua própria vida. Assim processos erosivos, inundações, aquecimento da área central, são exemplos dos conflitos existentes entre sociedade e natureza na produção do espaço socialmente construído. Ao produzir seu espaço, a sociedade o faz de acordo com seus interesses em termos de organização social e econômica, se apropriando do espaço, dos seus recursos naturais, minerais e energéticos, alterando sua forma, organização e constituição.

Esses processos iniciaram-se nos séculos XV e XVI, e intensificaram-se a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. O desenvolvimento dos sistemas produtivos e o conseqüente desenvolvimento econômico provocaram um avançado estágio de artificialização das relações entre sociedade e natureza, a degradação ambiental nada mais é do que um dos produtos desta artificialização.

Em termos gerais, o impasse contemporâneo da relação sociedade natureza, materializam-se nos chamados problemas socioambientais, que segundo Harvey (1980), “[...] reflete a ideologia prevalecente dos grupos e instituições dominantes na sociedade. Em parte, ela é moldada pela dinâmica das forças do mercado que podem, facilmente, produzir os resultados que ninguém em particular deseja” (p. 268).

Neste sentido, esta artificialização do meio natural assume um caráter antissocial e anti-ambiental, na medida em que provoca a dilapidação do meio ambiente e secundariza o bem-estar humano, ao mesmo tempo tem-se mostrado ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

Além disso, a transformação de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores na passagem da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna aumentou ainda mais a pressão sobre os recursos naturais, aumentando a degradação ambiental e prejudicando a qualidade de vida dos cidadãos.

Faz-se necessário à busca de modelos de desenvolvimento estratégicos e alternativos, visando à inclusão social, favorecendo a concepção de eco desenvolvimento como garantia de todas as formas de vida, buscando restabelecer um novo equilíbrio ambiental com características mais próximas do ambiente natural desejável.

4. REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. A produção sobre história da educação especial nos congressos brasileiros de história da educação (CBHEs): um lugar em construção. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, jul., p. 1-28, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-156559.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IGLÉSIAS, Francisco. **História geral e do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. A sociedade industrial e o ambiente. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 209-238.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

A Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF e da Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça. Rod. Cmte. João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça km 1, CEP 17400-000 / Tel. (14) 3407-8000. www.faeef.br
– www.faeef.revista.inf.br – florestal@faef.br